

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.022 - PR
(2018/0344994-4)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
AGRAVADO : BRUNO LUIS PINTO MOURA
AGRAVADO : DAVI JOSE DE OLIVEIRA RIBEIRO
AGRAVADO : MARLON EVANDRO LUCAS CAMPANO
ADVOGADOS : LARISSA CECILIA PINTO MOURA - PR078353
MILANA LOPES CHAVES FONSECA - RN010631
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, desafiando decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, em razão da: **(I)** inocorrência de violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015; **(II)** incidência da Súmula 284/STF no tocante ao art. 41 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o referido dispositivo não guardaria pertinência com o caso dos autos; e **(III)** aplicação da Súmula 7/STJ no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos para inscrição no exame.

Nas razões do agravo interno, a parte anuiu, expressamente, com a solução adotada pelo relator no tocante aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e ao art. 41 da Lei nº 8.666/93. Quanto ao mais, sustenta que o caso dos autos não demanda o reexame de fatos e provas, mas, sim, saber se candidatos podem participar do REVALIDA sem a apresentação de diploma.

Requer a reconsideração do *decisum*, ou a submissão do feito ao julgamento colegiado.

A parte agravada deixou o prazo de impugnação transcorrer *in albis*, cf. certidão de fl. 487.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC e 259, § 3º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tornando-a sem efeito.

Superior Tribunal de Justiça

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

